

## AS MULHERES E A TERRA, UMA SEPARAÇÃO NECESSÁRIA: INTEGRIDADE DO PATRIMÔNIO DOMÉSTICO E POSIÇÃO SUCESSÓRIA DAS FILHAS NA BABILÔNIA ANTIGA

Marcelo Rede\*

### Résumé

*Le propos de cet article est de mettre en évidence un mécanisme de protection de l'intégrité du patrimoine domestique contre les règles dispersives, qui caractérisaient le processus d'héritage en Mésopotamie aux XIXème et XVIIIème siècles av. J.-C. Ce mécanisme reposait sur un clivage entre les femmes et la terre qui, tout en prévoyant que celles-ci soient dotées avec des biens mobiliers, garantissait la concentration des biens immeubles aux mains des hommes de la famille.*

**Mots-clé:** *Mésopotamie; XIXème et XVIIIème siècles av. J.-C.; héritage; patrimoine domestique.*

### Resumo

*A proposta deste artigo é colocar em evidência um mecanismo de proteção da integridade do patrimônio doméstico contra as regras de dispersão, que caracterizavam o processo de herança na Mesopotâmia dos séculos XIX e XVIII a.C. Este mecanismo baseava-se na divisão entre as mulheres e a terra que, ao mesmo tempo que previa que elas fossem dotadas com bens móveis, garantia a concentração de bens imóveis nas mãos dos homens da família.*

**Palavras-chave:** Mesopotâmia; séculos XIX e XVIII a.C.; herança; patrimônio doméstico.

Durante muito tempo, e ainda hoje para grande parte dos autores, o sistema de transmissão do patrimônio familiar predominante na antiga Mesopotâmia foi assimilado a um estrito modelo de patrilinearidade, em que os bens passam de geração em geração pela linhagem masculina. Esta visão, no entanto, merece ser reconsiderada<sup>1</sup>. De fato, uma característica marcante das regras de transmissão intergeracional na Mesopotâmia, em geral, e no período babilônico antigo, em particular, é a não exclusão de nenhuma categoria específica de herdeiros. Assim, a primogenitura, embora exista na maior parte dos casos, não é radical a ponto de afastar completamente os cadetes do sexo masculino do acesso a uma parte da herança paterna. Do ponto de vista material, o privilégio do primogênito pode ser apenas residual, como em Ur, onde ele recebe uma parte

---

\* Professor Adjunto de História Antiga do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da UFF.

suplementar de 10%, ou bastante considerável, como em Larsa, onde sua parte corresponde ao dobro daquela destinada aos demais filhos. A transferência do patrimônio simbólico do grupo também é marcada por uma diferenciação, de modo que o primogênito pode assumir o papel de detentor privilegiado dos objetos sagrados ligados aos rituais domésticos ou dos espaços funerários situados sob a casa paterna. No entanto, uma concentração excludente do patrimônio nas mãos do filho mais velho jamais fez parte da realidade local e a limitação, bastante severa ao que tudo indica, da capacidade de distribuição dos bens por testamento parece apenas confirmar esta tendência.

A inclusão generalizada na partilha estende-se também às filhas. Embora a discussão acerca da natureza do dote entre os especialistas seja acirrada, seria impossível deixar de reconhecer que a dotação no momento do casamento serve de mecanismo de participação das filhas na divisão dos bens da família. Se as mulheres estão geralmente ausentes dos registros de partilha que conhecemos é apenas pelo fato de que esta participação, no caso feminino, se apresentava de outro modo, sob a forma de uma prestação matrimonial, e em outro momento, não após a morte do pai, mas no ato da aliança de casamento. Em resumo, as práticas mesopotâmicas de transmissão intergeracional do patrimônio familiar estão muito mais próximas do modelo que os antropólogos chamam de devolução divergente, que prevê uma dupla transferência dos bens, por via patrilinear e matrilinear.

Este quadro não significa, em todo caso, uma igualdade entre os sexos no que diz respeito à capacidade sucessória. Justamente, uma das conseqüências mais marcantes da devolução divergente é o aprofundamento da dispersão patrimonial. No caso das filhas, o problema é agravado pelo fato de que, com o casamento, elas deixam o grupo de origem para formar uma nova célula familiar que, embora não integrada totalmente ao grupo familiar do marido, acaba por se situar muito próximo de sua esfera de controle e de interesses. Assim, o grupo de doadores de mulheres tem um grande interesse em estabelecer certas regras para a dotação das filhas que partem, visando a proteger a integridade de seu patrimônio doméstico e garantir a sua perpetuação pela linhagem masculina.

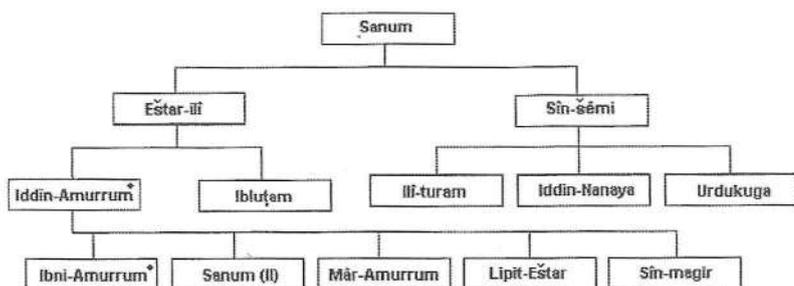
Concentrando o foco em um caso particular – o da cidade-reino de Larsa durante os séculos XIX e XVIII a.C. –, mas evocando igualmente outros exemplos, eu gostaria, aqui, de apresentar um destes mecanismos antidispersivos que, além de servir para qualificar com maior precisão a posição sucessória da mulher na sociedade mesopotâmica, tem amplas implicações para sua existência social. Para uma cronologia absoluta dos principais reinados citados, considerar-se-á o seguinte quadro (as datas seguem o sistema de cronologia média):

Quadro 1: Cronologia comparada: Larsa e Babilônia

Larsa	Babilônia
Warad-Sîn (1835-1823)	Sîn-muballit (1812-1793)
Rim-Sîn (1822-1763) ( <i>Dominação Babilônica</i> )	Hammu-rabi (1792-1750) Samsu-iluna (1749-1712)

Dentre as famílias de Larsa, a que nos fornece maiores informações sobre o processo de transmissão dos bens entre as gerações é a dos descendentes de Sanum. É ela que nos servirá como ponto de partida.

Figura 1: A família Sanum



(\*) = Filho primogênito

Como é a regra na Mesopotâmia, os documentos de partilha da família Sanum incluem apenas os descendentes do sexo masculino. Certamente, somente uma parte dos registros nos chegou e, desde logo, é possível constatar um forte desequilíbrio na representatividade dos arquivos: a partir da segunda geração, nenhum documento nos informa sobre o destino sucessório do patrimônio de Sîn-šēmi, embora saibamos que seus filhos negociaram alguns terrenos, em particular com outros membros da família. Os arquivos deste ramo – que, certamente, existiram – não foram encontrados e tudo o que se conhece da vida econômica dos três filhos de Sîn-šēmi vem dos arquivos do ramo familiar de Eštar-ilī e seus descendentes. No entanto, apesar

deste caráter parcial dos arquivos, o fenômeno de exclusão das mulheres é bastante geral e não pode ser imputado exclusivamente a “defeitos” da documentação. É preciso, portanto, buscar uma explicação para esta ausência nas próprias estratégias de transmissão do patrimônio doméstico adotadas pelas famílias.

A primeira partilha de bens conhecida da família data do ano 8 do reinado de Rîm-Sîn, rei de Larsa; a última data do ano 7 do conquistador babilônico Samsu-iluna. Em cerca de 90 anos, a transmissão intergeracional atravessou, portanto, dois períodos distintos da história política de Larsa: a fase de independência e a dominação babilônica sob Hammu-rabi e seu filho. Parece, no entanto, que os eventos turbulentos que levaram à conquista de Larsa pela Babilônia não tiveram conseqüências decisivas sobre a transmissão do patrimônio familiar.

As transmissões de herança no interior da família podem ser resumidas como se segue. Os pomares do ancestral Sanum, situados às bordas do canal Mami-dannat (região privilegiada, que contava com vários pomares do palácio), foram partilhados por seus dois filhos, Eštar-ilî e Sîn-šêmî, no ano 8 de Rîm-Sîn<sup>2</sup>. Alguns meses mais tarde, um dos filhos de Eštar-ilî, Iddin-Amurru, recebe uma parte de herança composta por vários pomares<sup>3</sup>. Os irmãos Iddin-Amurru e Iblutam, por sua vez, partilharam uma grande quantidade de terrenos rurais e urbanos, escravos, prata e mobiliário no ano 22 do reinado de Rîm-Sîn<sup>4</sup>. Trata-se, certamente, da partilha principal, na seqüência da morte do pai. No entanto, um pomar permanecerá ainda indiviso, ao menos formalmente, durante mais de três décadas: os irmãos decidirão registrar a partilha imediatamente após a chegada do rei babilônico ao poder<sup>5</sup>. Na geração seguinte, os cinco filhos, todos homens, de Iddin-Amurru partilham os bens paternos, ao menos em três ocasiões. No ano 40 de Hammu-rabi, eles dividirão entre si terrenos urbanos e rurais e portas<sup>6</sup>. Sob o reinado de Samsu-iluna, eles ainda dividiram um pomar<sup>7</sup> e um último registro indica que os irmãos de Ibni-Amurru partilharam vários pomares<sup>8</sup>.

A presença exclusiva de homens nos atos de partilha de Larsa não esteve limitada à família Sanum. O quadro abaixo nos dá a situação tal qual nos é possível conhecer no estado atual de nossas informações:

Quadro 2: Sexo dos herdeiros em Larsa

Documento	Sexo dos herdeiros*
Riftin,2	▲▲▲●
YOS,8,98	▲▲▲■
YOS,8,88	▲▲▲
YOS,5,106**	▲
VS,13,90	▲▲
TCL,11,224	▲▲▲▲▲▲▲▲
YOS,8,167	▲▲▲▲
PSBA,29:23**	▲
YOS,8,83	▲▲

(\*) ▲ = homem ● = mulher ■ = indeterminado

(\*\*) Estes casos não correspondem necessariamente à existência de um herdeiro único, mas a um registro individualizado de uma única parte da herança, o que impede de conhecer o sexo dos demais co-herdeiros.

Em Larsa viviam igualmente famílias originárias de outros lugares, mas que mantinham relações com suas cidade de origem. Entre estas famílias, as partilhas exclusivamente masculinas parecem ter sido igualmente a regra. Ao menos um caso pode ser bem reconstituído<sup>9</sup>: Imgur-Sîn era originário de Ur<sup>10</sup>, onde seus dois filhos, Enlil-issu e Sîn-muballit, partilharam uma casa, entre outros bens<sup>11</sup>. A posse da casa que a família mantinha em Ur foi objeto de disputa: os dois irmãos foram processados, mas, finalmente, venceram seus contendores<sup>12</sup>. Este litígio ocorreu no ano 36 de Rîm-Sîn; alguns anos mais tarde, sem que saibamos exatamente o motivo, ao menos um dos filhos de Imgur-Sîn, chamado Sîn-muballit, instalou-se em Larsa. A partilha de sua herança, datada do ano 51 de Rîm-Sîn, inclui bens imóveis nas duas cidades, Larsa e Ur, e é feita unicamente entre três herdeiros do sexo masculino<sup>13</sup>.

Neste universo masculino das heranças de Larsa, um único caso conhecido é exceção. Nesta partilha da época de Rîm-Sîn<sup>14</sup>, uma mulher está presente. A situação familiar não é completamente clara<sup>15</sup>, mas a posição marginal e a desvantagem material da única herdeira não deixam dúvida: à parte os bens imobiliários, os homens partilham exclusivamente entre si dois tipos de prebendas, a primeira de 12 meses, relativa ao ofício de SANGA, e a segunda de 18 dias, como sacerdote-*ašipu* da deusa Inanna da cidade de Zabalam. A Duššuptum, a mulher, coube uma parte minoritária de um terre-

no construído. Além do mais, este lote parece estar separado da casa paterna, pois nenhum dado cadastral permite ligá-lo às porções recebidas pelos homens da família, que, por sua vez, são todas vizinhas.

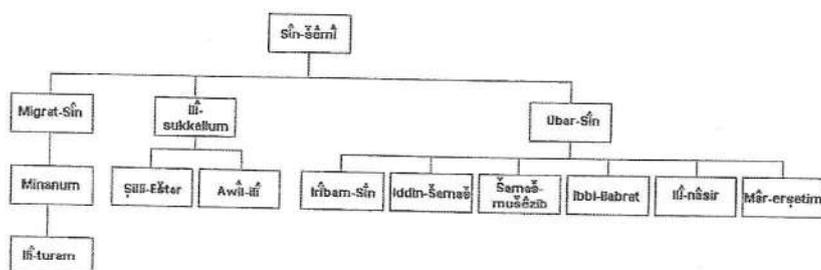
Mais tarde, após a conquista babilônica, o predomínio dos homens entre os herdeiros parece persistir, mas os dados vindos de fora da família Sanum são pouco numerosos. Um indício vem da família do conhecido Balmunamhe. Contemporâneo de Iddin-Amurru, durante a primeira metade do reinado de Rîm-Sîn, Balmunamhe foi o chefe de uma família que exerceu um papel econômico considerável na cidade de Larsa. Seus negócios eram múltiplos: compra de terrenos e escravos, empréstimos, criação de ovelhas, produção de tâmaras em aldeias que tinham seu nome ou o nome de seu pai, Sîn-nûr-mâtîm<sup>16</sup>. As duas gerações seguintes souberam perpetuar sua posição e seu poder material sob a ocupação babilônica, colocando-se a serviço dos novos senhores babilônicos, como fizera também Ibni-Amurru, da família Sanum<sup>17</sup>. O patrimônio familiar era, então, considerável. No reinado de Samsu-iluna, um neto de Balmunamhe, Lipit-Ea, recebeu uma parte da herança paterna<sup>18</sup>. O início do tablete está muito deteriorado, prejudicando a leitura, mas parece que, originalmente, o contrato registrava apenas o lote de Lipit-Ea. Entretanto, não se tratava de uma doação individual, mas de uma verdadeira partilha: “*ele partilhou com seus irmãos*” diz o texto. A fórmula de evicção também está no plural: “*eles não alterarão a parte que eles partilharam*”<sup>19</sup>. Quem são os irmãos evocados, mas não enumerados ou nomeados na partilha? Até aqui, conhecemos apenas um irmão de Lipit-Ea, também chamado Balmunamhe como seu avô, mas havia também uma irmã, Bêlitum. Seria lícito considerar, então, que esta última fez parte da partilha? É pouco provável: sabemos que Bêlitum recebeu um dote de seu pai<sup>20</sup>, o que, normalmente, a teria excluído da herança. É preciso, pois, supor a existência de, pelo menos, um outro irmão de Lipit-Ea, além de Balmunamhe, cujo nome é, até aqui, desconhecido<sup>21</sup>.

Mais tarde ainda, durante o curto, e aparentemente turbulento, período de retomada da independência sob Rîm-Sîn II, a exclusividade masculina nas partilhas teria persistido, a julgar pelo único caso conhecido, no qual os irmãos Nabi-Šamaš e Nergal-abî partilham a casa do pai<sup>22</sup>.

Uma situação parecida com a da capital Larsa predominou, sem dúvida, na periferia composta por pequenas aldeias e cidades do sul. É o caso da vizinha Kutalla, onde, das sete partilhas conhecidas, seis são feitas exclusi-

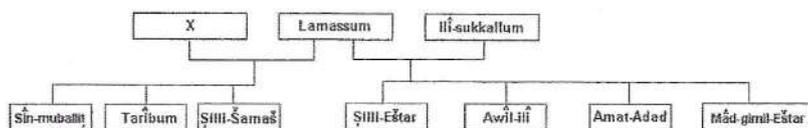
vamente entre herdeiros do sexo masculino<sup>23</sup>. A única exceção, uma partilha igualitária de bens imóveis e portas entre duas mulheres, cujo pai não é nomeado, parece representar um caso de ausência de herdeiros masculinos, o que teria permitido a qualificação das filhas como sucessoras<sup>24</sup>. A situação corrente em Kutalla, em todo caso, era de predomínio dos homens. O caso formado pelo grupo de descendentes de Sîn-šêmî, por exemplo, é notável: através de quatro gerações, entre o ano 23 de Rîm-Sîn e o ano 4 de Samsuiluna (ou seja, cerca de 52 anos), são observadas quatro partilhas, das quais participam 14 membros da família, entre os quais nenhuma mulher<sup>25</sup>.

Figura 2: A família de Sîn-šêmî de Kutalla



A análise da situação patrimonial desta família permite notar, ainda, alguns elementos importantes. Apesar da manifesta hegemonia da presença masculina nas partilhas, as mulheres controlavam alguns recursos. D. Charpin (1980a: 76 ss.) põs em evidência o papel de Lamassum. Esta esposa de Iṣṣukallum parece possuir bens que não se confundem com o patrimônio de seu marido (ou maridos, como tudo indica) e que permanecem relativamente independentes das partilhas pela linhagem masculina. Ao mesmo tempo, a trajetória de seus bens mostra os limites a que ela estava submetida na disposição de seu patrimônio. Com efeito, parece que Lamassum entrou para a família de Sîn-šêmî apenas depois de um casamento anterior. Assim, na altura do ano 30 de Hammu-rabi, ela possuía dois grupos de filhos<sup>26</sup>:

Figura 3: Os herdeiros de Lamassum



No fim do ano 34 de Hammu-rabi, Lamassum transfere a seus filhos do primeiro casamento um escravo e certa quantidade de prata. Pelo mesmo documento, estes concordam em não reivindicar os bens de Lamassum e dos filhos de seu segundo casamento. A expressão *'parte sucessoral'* (*zittum* ou HA-LA) não é utilizada no texto e é difícil adivinhar a origem destes bens: o dote trazido na ocasião do primeiro casamento? Presentes de núpcias do primeiro marido? (Esta hipótese explicaria a exclusão dos filhos do segundo casamento.) O caso ilustra a regra, característica dos costumes sucessórios do período babilônico antigo, segundo a qual os bens femininos são transmitidos aos filhos (ou retornam ao grupo familiar da esposa em caso de ausência de herdeiros), mas nunca são integrados ao patrimônio do marido ou de sua família. Além disso, o procedimento de partilha, neste caso, mostra também a clara distinção entre os dois grupos de filhos. D. Charpin (1980a: 77) assinalou que a finalidade do acordo seria evitar disputas futuras, o que é certamente verdadeiro, mas, na prática, a realidade parece ser bastante complicada: nós sabemos que os bens de Lamassum eram, de alguma forma, administrados por Silli-Eštar e Awil-ilī, filhos do casamento com Ilī-sukkallum. É assim que, no mesmo mês da partilha, em um processo que corria no templo de Šamaš, em Larsa, Silli-Eštar, falando em seu nome e de seu irmão, assegura ter comprado um terreno disputado *"com a prata de minha mãe"*<sup>27</sup> e acrescenta *"não com a prata em comum"*<sup>28</sup>. É difícil saber o exato estatuto desta *'prata em comum'*, mas o texto é claro sobre a separação do patrimônio vinculado a Lamassum. Parece também que os filhos de seu segundo casamento geriam outra parte de seus recursos: é por isso que, cinco meses depois da partilha, Silli-Eštar e Awil-ilī-Šamaš entregam a Silli-Šamaš os 10 siclos de prata que lhe haviam sido atribuídos por sua mãe<sup>29</sup>.

Um segundo elemento que se depreende da análise da devolução de bens no interior e entre estes dois grupos de familiares de Kutalla é, de um lado, a associação entre os terrenos e as partilhas masculinas e, de outro, a

ligação entre os bens não-fundiários e o circuito em que as mulheres estão presentes. Esta é uma característica fundamental para nosso propósito e merece ser desenvolvida.

Embora seja impossível fazer, aqui, uma avaliação quantitativa mais fina – que deveria levar em conta a distribuição cronológica e geográfica de todos os registros de dotes do período babilônico antigo –, pode-se notar, desde logo, que, em comparação com as partilhas, a diversidade de bens dotais é muito mais significativa: além de terrenos, escravos e prata (os três elementos mais freqüentes nos atos de herança), nos dotes destinados às filhas são encontrados diversos metais e jóias, anéis, fíbulas, braceletes, brincos, broches; pedras preciosas ou semipreciosas; vestes, lã e tecidos variados; mobiliário, cadeiras, leitos, mesas; utensílios domésticos, pilões, moínhos de pedra; recipientes em madeira, cobre e cerâmica; artesanato em fibra vegetal, cestos, cofres; gado miúdo, mas também vacas e bois; prebendas e produtos comestíveis, como grãos e farinha; óleo, perfumado ou para alimentação<sup>30</sup>. Este simples inventário já mostra a composição móvel do dote: a quase totalidade destes bens pode acompanhar fisicamente as mulheres que deixam o lar paterno. Além disso, são bens destinados a compor, na nova residência, um horizonte material claramente associado à esposa, seja como o prolongamento de seu próprio corpo (as vestes, jóias, etc.), seja como o suporte de suas atividades domésticas (recipientes, utensílios, mas também escravos). Se os imóveis – casas, campos, pomares – estão presentes nos dotes, é preciso reconhecer que eles são bastante raros<sup>31</sup>. A situação, totalmente excepcional, dos dotes das sacerdotisas de Sippar apenas confirma a regra geral. Tal quadro mostra, ainda uma vez, a tendência do grupo familiar a preservar os meios de produção, evitando que eles circulem juntamente com as mulheres que deixam o grupo. Do mesmo modo, nos dotes, os escravos são predominantemente do sexo feminino e, por vezes, estão acompanhados de sua prole: é pouco provável que se trate de uma mão-de-obra extradoméstica; seria mais prudente pensá-los como parte da domesticidade, a serviço de suas senhoras.

Todos os indícios sugerem, portanto, uma clivagem entre os meios de produção elementares do grupo doméstico e os bens que são atribuídos às mulheres pelo dote. Justamente, se os dotes palacianos – tais como os vemos na família real de Mari – distinguem-se por sua suntuosidade e por sua quantidade, a tipologia dos bens recebidos pelas princesas é muito próxima daquela estabelecida acima (com as variações esperadas: a forte presença de bens de

aparato, que servem como símbolo de excelência, como as jóias, e a ausência de utensílios ordinários). Mesmo neste nível social, as terras estão ausentes<sup>32</sup>.

Evidentemente, um elemento de classe contribui para esta clivagem: em geral, os dotes que são objeto da redação de um documento escrito concernem a mulheres da elite urbana. A posição social destas mulheres contribui, desde a origem, para seu distanciamento do mundo da produção, em particular das tarefas que se desenrolam fora da casa, nos campos, nas oficinas, nos armazéns de comércio. O dote apenas reflete e aprofunda esta separação. Será, talvez, surpreendente para um certo marxismo feminista descobrir que a alienação em relação aos meios de produção é um sinal de promoção social, mais do que de pauperização<sup>33</sup>. A constatação será ainda mais evidente na comparação com as mulheres de camadas inferiores da sociedade mesopotâmica: onde a associação entre a mulher e o mundo do trabalho é intensa, como no meio camponês, pode-se supor uma importância menor (relativamente à riqueza global do grupo) dos bens que compõem o dote e, paradoxalmente, uma sólida correlação entre a circulação de mulheres e a circulação de um dos fatores principais da produção, já que a mulher é, ela própria, a mão-de-obra que se desloca entre os grupos no momento da aliança de casamento. Podemos levar o raciocínio ainda mais longe, para o campo de uma comparação entre dois tipos sociológicos, opondo as sociedades de agricultura complexa, como a Mesopotâmia, em que a mão-de-obra feminina tem uma importância mais limitada na exploração agrícola familiar, sobretudo nas camadas superiores, e, por outro lado, as sociedades de agricultura simples, como na África tribal, em que o papel agrícola das mulheres é essencial. Não é uma coincidência que as primeiras sejam caracterizadas pela presença do dote e as últimas, pelas diversas formas de "*pagamento da esposa*", quer dizer, por uma concepção que faz das transações matrimoniais uma espécie de compensação pela perda da força produtiva por parte do grupo de doadores de mulheres. Trata-se de duas lógicas distintas da circulação: no primeiro caso, típico das sociedades marcadas por uma intensa mobilidade de bens, ou mesmo dos meios de produção, a ênfase é posta sobre os próprios objetos e um valor mais elevado é concedido aos bens, em detrimento da força de trabalho. Ora, esta valorização se repercute na economia das trocas matrimoniais, de modo que o casamento se torna a ocasião de uma importante negociação material entre os grupos, uma operação que pode se tornar uma fonte preocupante de dispersão do patrimônio da família da mulher. Nestas sociedades, e este é o caso da Mesopotâmia, o dote predomina como uma forma de controle da dissemina-

ção dos bens familiares, pois ele permite uma transmissão seletiva do patrimônio às filhas, diferenciada da transmissão aos filhos, e porque, submetido a regras particulares de devolução, que não permitem que ele se confunda com a herança masculina, o dote assegura a passagem dos bens aos descendentes da filha ou seu retorno ao grupo de origem<sup>34</sup>. No segundo caso, em que a circulação de bens é mais limitada, em grande parte porque a estrutura social é menos estratificada e as formas de acesso mais igualitárias, o valor relativo da força de trabalho doméstico aumenta e o casamento passa a ser a ocasião não de limitar a circulação de bens entre os grupos, mas de promovê-la; é assim que entendemos melhor os deslocamentos laterais entre os grupos, implicados pelo 'preço da esposa'<sup>35</sup>.

Na Mesopotâmia, onde o sistema de pagamentos matrimoniais é duplo, comportando o dote e a *terhatum* (dom nupcial pago pelo grupo do esposo à família da esposa), o aspecto de compensação pode ser pensado nos dois sentidos. O dote pode ser considerado como um pagamento ao grupo receptor de mulheres em compensação pelo ônus da integração de um membro relativamente improdutivo. Mesmo se a família do esposo não pode dispor livremente dos bens dotais, estes servem para garantir, ao menos parcialmente, a subsistência da esposa e fornecer parte dos aportes que deverão ser feitos aos descendentes no futuro (heranças e dotes)<sup>36</sup>. Duas observações suplementares são necessárias. Primeiramente, o caráter compensatório do dote atinge sua plena significação nas elites urbanas, nas quais as mulheres são menos envolvidas nas tarefas de subsistência, como já se sugeriu. Em segundo lugar, o predomínio, na Mesopotâmia, de um modelo de residência neolocal, em que a mulher não se transfere para a habitação da família do marido, pode contribuir para diminuir a importância estritamente econômica do dote, no sentido de uma garantia para a manutenção da mulher, mas sem aboli-la completamente<sup>37</sup>.

Considerar as coisas desta maneira pode dar a impressão de que a dimensão econômica do dote é diretamente derivada de uma obrigação de pagar da parte da família da esposa, que, por sua vez, responderia a uma exigência do futuro marido e de seu grupo. Entretanto, o fato de que o dote não se incorpora definitivamente ao patrimônio dos receptores de mulheres pode estar na origem de uma resistência a trabalhar, ou fazer explorar, uma terra que é percebida, na mentalidade do grupo receptor, como algo estrangeiro a ele<sup>38</sup>. Isto pode explicar uma predileção deste por bens que podem ser mobilizados mais facilmente pelas atividades econômicas do marido (empréstimo, hipoteca, etc.) e que, em situações extremas, podem ser mais

facilmente restituídos no caso de uma separação do casal, visto que são bens fungíveis<sup>39</sup>. Um outro efeito possível é a opção preferencial pelos imóveis de caráter habitacional na formação do dote: com efeito, se excetuarmos os campos agrícolas dados às sacerdotisas-*nadîtum*, a quase totalidade dos imóveis registrados nas concessões dotais é formada por casas e terrenos construídos<sup>40</sup>. A contribuição da família da esposa para a instalação do novo casal é, portanto, muito mais importante do que a transferência dos meios de produção.

A noção de compensação parece ser mais ampla do que um simples cálculo econômico sobre ganhos e perdas da capacidade produtiva do grupo, atingindo as condições de sua reprodução biológica e social. Nos casos em que a maternidade de uma esposa sacerdotisa era proibida, ela podia ser acompanhada no casamento por uma irmã, em geral mais nova, para assegurar uma descendência ao casal. Em tais ocasiões, pareceu bastante normal aos mesopotâmios registrar a futura 'mãe uterina' no mesmo tablete dos demais bens dotais, numa assimilação que diz muito sobre sua concepção acerca do dote<sup>41</sup>. A mesma lógica poderia ser aplicada às escravas que compunham os dotes das sacerdotisas casadas<sup>42</sup>. Evidentemente, a procriação não está desprovida de um valor econômico, pois ela é o mecanismo mais imediato da geração de mão-de-obra no quadro de uma economia doméstica, mas isto, ainda uma vez, é muito mais importante para as famílias camponesas do que para os grupos da elite urbana (e religiosa, neste caso) que estão representados nos contratos de dote à nossa disposição. Para estes, as possibilidades de perpetuação simbólica da casa deviam ter um papel mais importante nas decisões de reprodução, quer dizer, sobre a escolha dos artifícios para contornar uma eventual infertilidade da mulher ou as interdições religiosas contra a gravidez de certas categorias de sacerdotisas. Portanto, se a idéia de compensação está realmente presente na concepção do dote na Mesopotâmia, como penso, isto se dá de um modo múltiplo: ressarcimento pelo aumento da base de consumo do grupo de receptores de mulheres sem uma ampliação equivalente da base de produção; corretivo pela esterilidade ou interdição moral de engravidar; recompensa pelo acolhimento de um membro considerado mais fraco e inferior. O dote serve, enfim, para reequilibrar a situação assimétrica criada entre os grupos pela aliança de casamento.

Voltando, agora, à comparação entre a composição dos dotes e das partilhas, é preciso dizer que ela é bastante significativa. Nas partilhas masculinas, os imóveis são onipresentes (100% dos casos), sendo freqüentemente acompanhados por portas, que se associam aos edifícios como um elemento

arquitetural importante a ponto de justificar sua discriminação nos registros. Seguem-se os escravos e a prata (ver Quadro 3, abaixo). Em revanche, para mencionar apenas estes dois exemplos, as jóias estão ausentes e os utensílios domésticos são raros<sup>43</sup>. No mais, uma análise qualitativa mostrará que os utensílios transmitidos para os homens da família podem ser mais facilmente vinculados às atividades voltadas para o exterior da casa, como as trocas comerciais. É o caso, ao que parece, dos recipientes em madeira que servem de medidas de capacidade<sup>44</sup>. Diferentemente, os utensílios presentes nos dotes são mais estritamente ligados às atividades domésticas no interior da casa (como os moinhos de pedra para fabricação de farinha)<sup>45</sup>.

Quadro 3: Tipologia dos bens nas partilhas de Larsa

	imóveis	portas	escravos	prata	prebendas	objetos e mobiliário em madeira	objetos em pedra	objetos em bronze	grãos	gado	outros
<b>Família Samum</b>											
TCL.10.31	X										
TCL.10.30	X										
TCL.10.55	X		X	X		X			X		X
TCL.11.141	X										
TCL.11.174	X	X				X					
TCL.11.200	X										
TCL.11.218	X										
<b>Outras famílias</b>											
Riftin, 2	X				X						
YOS.8.98	X	X	X	X		X		X	X		X
YOS.8.88	X										
YOS.5.106	X	X	X	X		X	X			X	X
VS.13.90	X	X									
TCL.11.224	X		X	X	X		X				X
YOS.8.167	X	X									
PSBA.29.23	X	X									
YOS.8.83	X	X									
% sobre o total de registros	100	43,8	25	25	12,5	25	12,5	6,3	12,5	6,3	25

Observações: 1) os casos considerados no quadro cobrem tanto o período de independência como de domínio babilônico sobre Larsa. 2) Riftin, 2 foi incluído apesar da presença de uma mulher entre os quatro herdeiros. 3) As partilhas das duas famílias originárias de Ur foram excluídas (ver acima); notar-se-á, entretanto, que a tipologia de bens verificada aqui também se repete nestes dois casos.

A esta situação desigual entre dotes e partilhas é preciso acrescentar um elemento demográfico. A diferença de idade entre homens e mulheres no momento do casamento certamente influenciou as considerações sobre a divisão de bens entre filhos e filhas<sup>46</sup>: uma vez que as mulheres se casam mais cedo do

que os homens, a dispersão do patrimônio implicado pelo dote tem lugar em um momento em que o chefe da família está ainda vivo e a atividade econômica do grupo mobiliza plenamente seus recursos produtivos, sobretudo a terra. Uma partilha dos terrenos nesta fase da trajetória do grupo doméstico imporia graves perturbações à continuidade do empreendimento comum. Diferentemente, a partilha entre os filhos, sendo *mortis causa*, situa-se justamente em um momento de redefinição obrigatória das relações entre as pessoas e de rearranjo do patrimônio. Um momento desestabilizador, é verdade, mas incontornável, no qual o conjunto dos bens deve ser reestruturado em decorrência da morte do patriarca: a divisão das terras e de outros meios de produção ou os acordos entre herdeiros para permanecerem temporariamente em indivisão não são apenas possíveis, mas necessários.

A terra é, assim, reservada aos homens, que fazem dela o suporte de sua vida material e do enraizamento do grupo de vinculação. “*Campo, pomar e casa*” – como repete incessantemente a fórmula consagrada pelos textos – formam uma unidade: unidade familiar, mas, antes de mais nada, unidade viril e endógena. As mulheres são associadas a bens que refletem, como um espelho, sua condição móvel e o estado sempre transitório daquelas que oscilam entre dependências mais ou menos profundas em relação aos homens: pais, esposos, irmãos, filhos; dito de outro modo, aquelas que a lógica do sistema social considera como pertencendo apenas provisoriamente à família de origem e que, na família de destinação, são tidas apenas como adjuntas (Van Der TOORN, 1996, p.24). Eis a situação: bens móveis e mulheres, fundamento de um sistema exógeno<sup>47</sup>, circulam entre os diversos pontos fixos de uma construção formada pela união indissolúvel entre os homens e o território<sup>48</sup>. Pode-se, sem dúvida, notar uma lógica por trás destes princípios – que a prática não cessará de contradizer, mas sem questioná-la definitivamente – e pode-se dizer que a circulação dos bens na Mesopotâmia não era completamente indiferente aos sexos, sobretudo no que diz respeito à devolução entre gerações. Mas isto será suficiente para falar de uma circulação determinada pelo gênero ou, ainda, de circuitos masculinos e femininos, com critérios próprios de alocação dos bens?

O tema é bem conhecido da antropologia, mas um estudo no domínio mesopotâmico ainda está por ser feito<sup>49</sup>. A situação observada nas partilhas pode oferecer uma pista para a pesquisa, sob a condição de saber que a transmissão interfamiliar é, *a priori*, uma esfera particularmente sensível às diferenças sexuais, pois a existência do grupo é condicionada, em grande medida, pela manutenção de sua capacidade reprodutiva, o que depende de

um equilíbrio otimizado entre homens e mulheres. Ora, o principal mecanismo regulador deste equilíbrio, a migração das mulheres, jamais é um fenômeno isolado, mas, ao contrário, a ocasião de trocas entre os grupos. Dotação e herança representam, portanto, uma remodelação do patrimônio do grupo que está intimamente ligada às trocas sexuais de seus membros<sup>50</sup>.

No horizonte do período babilônico antigo, o único trabalho que, até aqui, procurou estabelecer as conexões entre os tipos de bens e as diferenças sexuais é o de Karin Reiter. Baseando seu estudo sobre um *corpus* que cobre este período, a autora propõe a associação entre certos tipos de bens e os sexos, assim como a distinção de esferas de atividade potencialmente femininas (a preparação de alimentos, a manutenção da casa e a educação dos filhos) e masculinas (a subsistência e os contatos com o exterior). É preciso notar, entretanto, que Reiter fala de tipologia de bens e áreas de atividade, mas não de circuitos de circulação ou de transmissão entre gerações<sup>51</sup>. Com efeito, a escolha das fontes (atos de partilha, dotes e inventários sem destinação precisa) e a delimitação do tema ao domínio doméstico (em oposição ao contexto palaciano) nos levam ao mesmo quadro analisado acima, em que as formas familiares determinam as vias de transmissão e os vínculos sexuais. Isto faz com que encontremos, nas conclusões da autora, a mesma dualidade notada por nós, não apenas entre bens imóveis e mobiliário, mas também no interior da categoria de bens móveis. As duas análises se completam e sugerem, portanto, um importante critério sexual na definição da trajetória da cultura material, da *'biografia das coisas'* (para este conceito, ver KOPYTOFF, 1986), poder-se-ia dizer, ao menos no interior da organização doméstica<sup>52</sup>.

Para concluir, podemos dizer que o sistema de transmissão intergeracional em Larsa é marcado por filtros sexuais que não implicam a exclusão completa das mulheres do patrimônio da família (já que elas são dotadas), mas que estão longe de promover uma igualdade entre os gêneros<sup>53</sup>. Estaremos mais próximos da realidade se falarmos de um posicionamento subordinado das mulheres no processo de devolução. A clivagem é dupla: de um lado, a mobilidade exógena da mulher no jogo de trocas entre os grupos termina por associá-la a bens postos em circulação, substituíveis e vistos como o fruto do esforço produtivo do grupo, mais do que como meios de produção. Do ponto de vista das estratégias da família, a separação entre as mulheres e a terra libera o sistema de alianças do que poderia ser uma grave limitação (a de ser obrigado a fazer circular a terra juntamente com as mulheres), mas, ao mesmo tempo, reduz consideravel-

mente o potencial do casamento como mecanismo de atração de terras. Na outra ponta da equação, os homens se associam à terra e à imobilidade que ela implica<sup>54</sup>. Na realidade, este é um importante mecanismo de proteção e de compensação face aos efeitos pulverizadores da devolução divergente, ou seja, de um sistema de transmissão do patrimônio que não marginaliza totalmente as mulheres, e de um costume de herança que não pratica uma primogenitura radical, que excluiria os cadetes. A clivagem entre a terra e as mulheres, longe de ser uma perversão patriarcal, constitui uma pedra angular do sistema de reprodução material e social do grupo doméstico.

### Abreviações

BE: Babylonian Expedition (Philadelphia).

CAD: The Assyrian Dictionary of the Oriental Institute of the University of Chicago.

CT: Cuneiform Texts (British Museum, Londres).

Ha: Hammu-rabi

HG: Hammurapi Gesetz

PSBA: Proceedings of the Society of Biblical Archaeology (Londres).

RA: Revue d'Assyriologie et d'Archéologie Orientale (Paris).

Riftin: A. P. Riftin – Starovavilonskie Juridiceskie i Administrativnie Dokumenti v Sobranijach SSSR. Moskau/Leningrad, 1937. (= SVJAD).

RS: Rîm-Sîn

Si: Samsu-iluna

TCL: Textes Cunéiformes du Louvre (Paris).

TS: Textes de Tell Sifr (Kutalla).

VS : Vorderasiatische Schriftdenkmäler (Berlin).

YOS: Yale Oriental Series (New Haven).

### Bibliografia

- ABRAHAM, K. The dowry clause in marriage from the first millennium B.C.E. In: CHARPIN, D.; JOANNÈS, F. (eds.). *La circulation des biens, des personnes et des idées dans le Proche-Orient ancien* (38<sup>e</sup> Rencontre Assyriologique Internationale). Paris: ERC, 1992, pp.311-320.

- BARBERON, L. *La dot en Mésopotamie: la femme et ses biens d'après la documentation paléo-babylonienne*. Dissertação de DEA. Paris: Université de Paris 1 – Panthéon-Sorbonne, 2001.
- BATTO, B. F. *Studies on women at Mari*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1974.
- BELL, D. Wealth transfer occasioned by marriage: a comparative reconsideration. In: SCHWEIZER, Th.; WHITE, D. R. (eds.). *Kinship, Networks, and Exchange*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, pp.187-209.
- BEN-BARAK, Z. Inheritance by daughters in the ancient Near East. *JOURNAL OF SEMITIC STUDIES*, 25, pp.24-33, 1980.
- BOURDIEU, P. *Raisons Pratiques*. Paris: Seuil, 1994.
- BOUZON, E. *O Código de Hammurabi*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- BUTZ, K. Eine altbabylonisch Erbteilungsurkunde aus Ur, angeblich aus Larsa. *ORIENS ANTIQUUS*, 20, pp.195-201, 1981.
- CHARPIN, D. La Babylonie de Samsu-iluna à la lumière de nouveaux documents. *BIBLIOTHECA ORIENTALIS*, 38, pp.517-547, 1981.
- CHARPIN, D. Transmission des titres de propriété et constitution des archives privées en Babylonie ancienne. In: VEENHOF, K. R. (ed.). *Cuneiform archives and libraries* (30<sup>e</sup> Rencontre Assyriologique Internationale. Leiden, Nederlands Historisch-Archaeologisch Instituut te Istanbul, 1986a, pp.121-140.
- CHARPIN, D. *Le clergé d'Ur au siècle d'Hammurabi (XIX<sup>e</sup> – XVIII<sup>e</sup> siècles av. J.-C.)*. Genève: Droz, 1986b.
- CHARPIN, D. Un quartier de Nippur et le problème des écoles à l'époque paléo-babylonienne. *REVUE D'ASSYRIOLOGIE ET D'ARCHÉOLOGIE ORIENTALE*, 83, pp.97-112, 1989.
- COCQUERILLAT, D. Les prébendes patrimoniales dans les temples à l'époque de la I<sup>re</sup> dynastie de Babylone. *REVUE INTERNATIONALE DES DROITS DE L'ANTIQUITÉ*, 3/2, pp.37-106, 1955.
- COLLARD, C. Femmes échangées, femmes échangistes. A propos de la théorie de l'alliance de Claude Lévi-Strauss'. *L'HOMME*, 154/155, pp.101-115, 2000.
- COLLIER, J. F. *Marriage and inequality in classless societies*. Stanford: Stanford University Press, 1988.
- COMAROFF, J. L. *The meaning of the marriage payments*. London: Academic Press, 1980.

- DALLEY, S. Old Babylonian dowries. *IRAQ*, 42, pp.53-74, 1980.
- DÉSVEAUX, E. L'alliance et la filiation comme maîtrise de l'espace, le territoire comme gouvernement des hommes. In: HÉRITIER-AUGÉ, F. ; COPET-ROUGIER, E. (eds.). *Les complexités de l'alliance*. v. 4: Economie, politique et fondements symboliques. Paris: Editions des Archives Contemporaines, 1994, pp.47-71.
- DURAND, J.-M. La mission matrimoniale. *ARCHIVES ÉPISTOLAIRES DE MARI, I/1* (Archives Royales de Mari, 26). Paris: ERC, 1988, pp.99-117.
- DYCKHOFF, C. Balamunamhe von Larsa – eine altbabylonische Existenz zwischen Okonomie, Kultus und Wissenschaft. In: PROSECKY, J. (ed.). *Intellectual Life of the Ancient Near East*. (43<sup>ème</sup> Rencontre Assyriologique Internationale). Prague: Academy of Sciences of the Czech Republic Oriental Institute, 1998, pp.117-124.
- DYCKHOFF, C. *Das Haushaltesbuch des Balamunamhe*. 2 v. Inaugural-Dissertation, München: Ludwig-Maxmillians-Universität, 1999.
- EYRE, C. J. The market women of pharaonic Egypt. In: GRIMAL, N.; MENU, B. (eds.). *Le commerce en Egypte ancienne*. Institut Français d'Archéologie Orientale, 1998, pp.173-191.
- FAUST, D. E. *Contracts from Larsa dated in the reign of Rîm-Sîn*. New Haven: Yale University Press, 1941 (Yale Oriental Series, 8).
- FORTNER, J. D. *Adjudicating entities and levels of legal authority in lawsuit records of the Old Babylonian Era*. Hebrew Union College. Unpublished Ph.D., 1996.
- FRIEDL, C. *Polygynie in Mesopotamien und Israel. Sozialgeschichtliche Analyse polygamer Beziehungen anhand rechtlicher Texte aus dem 2. und 1. Jahrtausend v. Chr.* (Alter Orient und Altes Testament, 277). Münster: Ugarit Verlag, 2000.
- FRIEDL, E. Dowry, inheritance and land-tenure. In: GOODY, J. (ed.). *Kinship*. Middlesex: Penguin Books, 1971, pp.134-139.
- GOODY, J. Bridewealth and dowry in Africa and Eurasia. In: GOODY, J.; TAMBIAH, S. J. *Bridewealth and dowry*. Cambridge: Cambridge University Press, 1973, pp.1-58.
- GOODY, J. Inheritance, property, and women: some comparative consideration. In: GOODY, J.; THIRSK, J.; THOMPSON, E. P. (eds.). *Family and Inheritance*. Rural society in Western Europe, 1200-1800. Cambridge: Cambridge University Press, 1976, pp.10-35.

- GOODY, J. *Famille et mariage en Eurasie*. Paris: PUF, 2000.
- GOODY, J. *La famille en Europe*. Paris: Seuil, 2001.
- GOTMAN, A. L'économie symbolique des biens de famille. *DIALOGUE*, 89, pp.58-71, 1985.
- GRICE, E. M. *Records from Ur and Larsa dated in the Larsa Dynasty*. New Haven: Yale University Press, 1919 (Yale Oriental Series, 5).
- HAKANSSON, T. *Bridewealth, women and land. Social change among the Gusii of Kenya*. Uppsala: Academiae Ubsalensis, 1988 (Uppsala Studies in Cultural Anthropology, 10).
- HARRELL, S.; DICKEY, S. A. Dowry systems in complex societies. *ETHNOLOGY*, 24, pp.105-119, 1985.
- HARRIS, M. *Cultural materialism*. New York: MacMillan, 1979.
- HARRIS, R. The *nadītu* woman. In: BIGGS, R. D. *et alii. Studies presented to A. Leo Oppenheim*. Chicago: The University of Chicago Press, 1964, pp.106-135.
- HARRIS, R. On kinship and inheritance in Old Babylonian Sippar. *IRAQ*, 38, pp.129-132, 1976.
- JEAN, Ch.-F. *Les lettres de Hammurapi à Šîn-iddinam*. Paris, 1913.
- JEAN, Ch.-F. *Šumer et Akkad. Contribution à l'histoire de la civilisation dans la basse Mésopotamie*. Paris: Geuthner, 1923.
- KOPYTOFF, I. The cultural biography of things: commoditization as process. In: APPADURAI, A. (ed.). *The social life of things. Commodities in cultural perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- KRAUS, F. R. Erbrechtliche Terminologie im alten Mesopotamien. In: BRUGMAN, J. *et alii. Essays on oriental laws of succession*. Leiden: E. J. Brill, 1969 (Studia et Documenta ad Iura Orientis Antiqui Pertinentia, 9).
- LAFONT, B. Les filles du roi de Mari. In: DURAND, J.-M. (ed.). *La femme dans le Proche-Orient antique*. Paris: ERC, 1987, pp.113-124 (33<sup>e</sup> Rencontre Assyriologique Internationale).
- LAFONT, B. Quelques nouvelles tablettes dans les collections américaines. *REVUE D'ASSYRIOLOGIE ET D'ARCHÉOLOGIE ORIENTALE*, 86, pp.97-111, 1992.
- LEEMANS, W. F. *The Old-Babylonian merchant. His business and his social position*. Leiden: E. J. Brill, 1950 (Studia et Documenta ad Iura Orientis Antiqui Pertinentia, 3).

- LEEMANS, W. F. The Old-Babylonian business documents from Ur. BIBLIOTHECA ORIENTALIS, 12, pp.112-122, 1955.
- LEVI-STRAUSS, C. *Les structures élémentaires de la parenté*. Paris: Mouton et Co., 1967.
- MATOUŠ, L. Les contrats de partage de Larsa provenant des archives d'Iddin-Amurru. ARCHIV ORIENTÁLNÍ, 17, pp.142-175, 1949.
- PERS, M. *La famiglia di Balmunamhe di Larsa*. Pisa: Tese di Laurea, Università di Pisa, 1996.
- PERS, M. La famiglia di Balmunamhe di Larsa. EGITTO E VICINO ORIENTE, 20/21, pp.139-148, 1997-1998.
- REDE, M. *L'Appropriation de l'espace domestique à Larsa – La trajectoire de la famille Sanum*. 2 v. Thèse de Doctorat. Université de Paris 1 – Panthéon-Sorbonne, 2004.
- REITER, K. Haushaltsgegenstände in altbabylonischen Texten unter Besonderer Berücksichtigung der Kessel und Metallgeräte. In: VEENHOF, K. R. (ed.). *Houses and households in ancient Mesopotamia*. Leiden: Nederlands Historisch-Archaeologisch Instituut te Istanbul, 1996, pp.261-272 (40<sup>e</sup> Rencontre Assyriologique International).
- RENGER, J. Götternamen in der altbabylonischen Zeit. In: EDZARD, D. O. et alii. *Heidelberger Studien zum Alten Orient*. Wiesbaden: Harrassowitz, 1967, pp.137-171 (Mélanges A. Falkenstein).
- RENGER, J. Patterns of non-institutional trade and non-commercial exchange in ancient Mesopotamia at the beginning of the second millennium B.C. In: ARCHI, A. (ed.). *Circulation of goods in non-palatial context in ancient Near East*. Roma: Edizioni dell'Ateneo, 1984, pp.31-123 (Incunabula Graeca, 82).
- ROTH, M. T. Age at marriage and the household: a study of Neo-Babylonian and Neo-Assyrian forms. COMPARATIVE STUDIES IN SOCIETY AND HISTORY, 29, pp.715-747, 1987.
- ROTH, M. T. Women in transition and the *bît mâr banî*. REVUE D'ASSYRIOLOGIE ET D'ARCHÉOLOGIE ORIENTAL, 82, pp.131-138, 1988.
- ROTH, M. T. Babylonian Marriage Agreements, 7<sup>th</sup>-3<sup>rd</sup> Centuries B.C. (ALTEN ORIENS UND ALTES TESTAMENT, 222, 1989a).
- ROTH, M. T. The Material Composition of the Neo-Babylonian Dowry. ARCHIV FÜR ORIENTFORSCHUNG, 36/7, pp.1-55, 1989b.

- SCHEIL, V. Notules, 45: L'expression nu-ha-sa-si. REVUE D'ASSYRIOLOGIE ET D'ARCHÉOLOGIE ORIENTALE, 15, pp.80-81, 1918.
- SCHLEGEL, A.; ELOUL, R. Marriage transactions: labor, property, status. AMERICAN ANTHROPOLOGIST, 90, pp.291-309, 1988.
- SKAIST, A. *Studies in ancient Mesopotamian family law pertaining to marriage and divorce*. University of Pennsylvania, Unpublished Ph. D., 1963.
- SKAIST, A. Inheritance laws and their social background. JOURNAL OF THE AMERICAN ORIENTAL SOCIETY, 95, pp.242-247, 1974.
- SPIRO, M. E. Marriage payments: a paradigm from the Burmese perspective. JOURNAL OF ANTHROPOLOGICAL RESEARCH, 31, pp.89-115, 1975.
- Van De MIEROOP, M. The archive of Balmunamhe. ARCHIV FÜR ORIENTFORSCHUNG, 34, pp.1-29, 1987.
- Van Der TOORN, K. *Family religion in Babylonia, Syria and Israel. Continuity and change in the forms of religious life*. Leiden: E. J. Brill, 1996a (Studies in the History and Culture of the Ancient Near East, 7).
- Van Der TOORN, K. Domestic religion in ancient Mesopotamia. In: VEENHOF, K. R. (ed.). *Houses and households in ancient Mesopotamia*. Leiden: Nederlands Historisch-Archaeologisch Instituut te Istanbul, 1996b, pp.69-77 (40<sup>e</sup> Rencontre Assyriologique Internationale).
- VEENHOF, K. R. Three old Babylonian marriage contracts involving *nadîtum* and *šugîtum*. In: LEBEAU, M.; TALON, Ph. (eds.). *Reflets des deux fleuves*. Leuven: Peeters, 1989, pp.181-189 (Akkadica, Supplementum, 6 / Mélanges André Finet).
- WESTBROOK, R. *Old Babylonian marriage law*. Horn: Ferdinand Berger et Sohne, 1988 (Archiv für Orientforschung, Beiheft 23).
- WILCKE, C. CT 45,119: Ein Fall legaler Bigamie mit *nadîtum* und *šugîtum*. ZEITSCHRIFT FÜR ASSYRIOLOGIE UND VORDERASIATISCHE ARCHÄOLOGIE, 74, pp.170-180, 1984.
- WRIGHT, R. P. Technology, gender, and class: worlds of difference in Ur III Mesopotamia. In: WRIGHT, R. P. (ed.). *Gender and archaeology*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1996, pp.79-110.
- YANAGISAKO, S. J. Family and household: the analysis of domestic groups. ANNUAL REVIEW OF ANTHROPOLOGY, 8, pp.161-205, 1979.

## Notas

<sup>1</sup> O que segue apresenta, bastante resumidamente, os resultados de uma pesquisa sobre as formas de transmissão do patrimônio familiar que fez parte de minha tese de doutorado (cf. Rede, 2004), da qual este artigo é decorrência.

<sup>2</sup> TCL,10,31 (de \_/IV/RS 8).

<sup>3</sup> TCL,10,30 (de \_/X/RS 8); o documento registra somente a parte (HA-LA) de Iddin-Amurum, sem mencionar seu irmão Iblutam.

<sup>4</sup> TCL,10,55 (de \_/IV/RS 22).

<sup>5</sup> TCL,11,141 (de \_/III/Ha 1), a data corresponde, evidentemente, ao primeiro ano de reinado de Hammu-rabi em Larsa, não em sua cidade natal.

<sup>6</sup> TCL,11,174 (de 4/VI/Ha 40).

<sup>7</sup> TCL,11,200 (de 20/III/Si 4). A ausência de Ibni-Amurum é devida, certamente, à destruição da parte superior do tablete; no contrato, é, certamente, a impressão de seu selo (ou melhor, o selo de seu pai, que fora herdado por ele) que figura ao lado do selo de seu tio Iblutam.

<sup>8</sup> TCL,11,218 (de \_/II/Si 7).

<sup>9</sup> Um segundo caso poderia ser representado por um dossiê composto de dois registros de partilha pertencentes a uma mesma família: YOS,5,148 e YOS,8,74 (do qual YOS,8,75 é uma duplicata). Os editores consideraram que a origem provável destes textos fosse Larsa, baseando-se em informações precárias fornecidas pelos comerciantes de antiguidades (ver GRICE, 1919, p.14 para YOS,5 e FAUST, 1941, p.3 para YOS,8). Mais tarde, outros autores estudaram o caso no quadro das heranças de Larsa (MATOUŠ, 1949, p.151 s. e KRAUS, 1969, p.56, n. 155). No entanto, mais recentemente, K. Butz (1981) questionou a proveniência larseana dos documentos em favor de uma origem em Ur. Com efeito, no que diz respeito às regras de herança, a primeira partilha (YOS,5,148, datado provavelmente do reinado de Warad-Sîn) entre os três irmãos segue a tradição de Ur, concedendo uma parte suplementar de 10% ao primogênito. Todavia, é possível que a família tenha mudado para Larsa posteriormente, levando consigo seus arquivos. YOS,8,74 e 75 são datados de \_/X/RS 27 e representam a divisão da parte de um dos herdeiros mencionados no registro anterior, que agora estaria morto, entre seu irmão e os filhos de um segundo irmão, certamente também já morto. As proporções atribuídas a cada um não foram individualizadas, mas sabemos, por comparação com YOS,5,148, que se tratava da casa e de um pequeno pomar situados em Ur. Em todo caso, durante todo o tempo, apenas homens aparecem como herdeiros.

<sup>10</sup> Scheil (1918, p.80, n. 1) já havia notado a unidade destes arquivos (com exceção de Sumer et Akkad, 166, publicado mais tarde). Leemans (1955, p.119 s.) retomou

o caso e chamou a atenção sobre a presença da família e de seus bens em Ur e Larsa. Ver, mais recentemente Charpin (1986a, p.132).

<sup>11</sup> RA,15,80. Scheil (1980) dá apenas uma transcrição parcial do texto; os dois fragmentos do envelope de argila foram copiados mais tarde por J.-M. Durand (1986) (fragmentos 316 e 317, pl. 68). O tablete interior foi recentemente identificado por W. Farber, que o publicará em breve.

<sup>12</sup> RA,12,116 (= HG,6,1752).

<sup>13</sup> Sumer et Akkad, 166 (= Jean, 1923: 130 s.). Na seqüência, parece que um dos herdeiros de Sîn-muballit, Ilî-amtahar, comprou de seus irmãos toda a casa de Ur, pois, como sugeriu Charpin, 1986a: 132, a disputa registrada em RA,14,95 diz respeito a uma casa situada nesta cidade e cujas dimensões seriam as mesmas daquela partilhada pelos três irmãos (no entanto, a leitura das medidas de Sumer e Akkad, 166 teve de ser amplamente reconstituída). É preciso salientar algo interessante: o caso foi resolvido pelos juízes de Larsa. Ver os comentários de Leemans (1955, p.120 ss) e, igualmente, Fortner (1996, p.745 ss).

<sup>14</sup> Rifiin,2 (de \_/\_/RS 18).

<sup>15</sup> A primeira parte da herança (HA-LA) cabe a Nûr-Šamaš, filho de Mannum, que é dito irmão mais velho (ŠĚŠ-GAL); as duas partes seguintes são cedidas aos dois filhos de Warad-gamil; Duššupum, a mulher, não é designada por uma filiação precisa e é difícil situá-la em relação aos demais herdeiros. Trata-se de uma irmã? No que diz respeito aos homens, uma solução (adotada por MATOUŠ, 1949, p.154) seria considerar que o ancestral (não nomeado no documento) tinha como filhos Mannum, o primogênito, e Warad-gamil, o cadete, e que, na seqüência (isto é, no momento da partilha), o único filho de Mannum (Nûr-Šamaš) e os dois filhos de Warad-gamil (Sîn-inguranni e a Šamaš-hâzir) teriam partilhado a herança. Ora, esta disposição significaria dizer que o filho cadete teria recebido uma parte superior à do primogênito (o que é, paradoxalmente, contrário ao que Matouš queria demonstrar ao classificar esta partilha como um exemplo do costume de Larsa, em que o primogênito recebe uma parte dupla!). É preciso considerar, então, que Mannum, Sîn-inguranni e Šamaš-hâzir eram todos filhos de Warad-gamil e que o primeiro, certamente morto à época da partilha, tinha como filho Nûr-Šamaš (neste sentido, ver CHARPIN, 1986b, p.258, n. 1).

<sup>16</sup> Para uma apreciação das atividades econômicas de Balmunamhe, ver LEEMANS, 1950, p.64 ss.; Van DE MIEROOP, 1987; PERS, 1996 e 1997/8; DYCKHOFF, 1999. O autor conta publicar em breve um estudo sobre as atividades econômicas e a posição social de Balmunamhe.

<sup>17</sup> Iddin-Ea, filho de Balmunamhe, é o destinatário de uma carta (TCL,17,63) enviada diretamente por Hammu-rabi para tratar da tosa da lã nas províncias do Sul. Seu irmão, Bal'a, é igualmente mencionado nos documentos da chancelaria de Samsuiluna (YOS,12,21: um documento bastante peculiar, mistura de carta de convocação

real e do formulário contratual que se verá freqüentemente nos arquivos dos mercadores que fazem negócios com o palácio, como Ibni-Amurru). Em seu tempo, o próprio Balmunamhe também recebia cartas do rei Rîm-Sîn (BIN,7,10). De outro lado, os arquivos pertencentes a Bal'a (cf. CHARPIN, 1981, pp.535 e 546 ss.) mostram a continuidade das atividades econômicas dos descendentes de Balmunamhe até a época de Samsu-iluna em diversas regiões do sul, sugerindo, por vezes, relações estreitas com o palácio (cf. PERS, 1996, p.103 ss.).

<sup>18</sup> PSBA,29:23. Um detalhe reforça a idéia de que se tratava justamente de um patrimônio da família há, pelo menos, duas gerações: Balmunamhe, o avô de Lipit-Ea, foi obrigado a defender, ao longo de um processo intentado por cinco pessoas (YOS,8,42), o seu controle sobre os pomares da região de Idi-Uraš; são estes mesmos pomares que, depois, foram herdados por Lipit-Ea.

<sup>19</sup> No tablete, lê-se: <sup>23)</sup> *it-ti ah-hi-šu i-zu-zu* <sup>24)</sup> *HA-LA ša i-zu-zu la i-in-nu-u-ma*.

<sup>20</sup> Quando Iddin-Ea lhe fez a doação de um escravo, ele mandou mencionar no documento (YOS,8,71 do ano 58 de Rîm-Sîn) que se tratava de um presente (NÍG-BA), dado além do dote (l. 4: *e-zi-ib nu-du-um-né-e-ša*).

<sup>21</sup> Um último texto (PTS,2187), pertencente ao Theological Seminary da Universidade de Princeton e publicado por Lafont (1992, p.103 ss.) também é uma partilha da época de Samsu-iluna (/\_VI/Si 7), mas é pouco útil para nossos propósitos, pois trata-se de um rascunho e o nome dos três herdeiros de Uratum não foram preenchidos. Em todo caso, os herdeiros deveriam partilhar terrenos urbanos e rurais, escravos dos dois sexos e mobiliário.

<sup>22</sup> YOS,8,83 ( de 12/IV,RS-II B; ver HG,6,1443): Nabi-Šamaš recebeu uma porta a mais, o que o leva a pagar uma indenização de ½ siclo e 15 grãos de prata a seu irmão. A partilha parece, então, ser do tipo igualitário.

<sup>23</sup> Para Kutalla (atual Tell Sifr), ver, em geral, Charpin (1980). Os registros de partilha são: TS,18, 19, 44, 56, 68; por outro lado, TS,35 (uma disposição testamentária) e TS,50 (um tablete de não-reivindicação), mesmo não correspondendo ao formulário clássico das partilhas, fornecem informações sobre a devolução de bens.

<sup>24</sup> TS,18: siga, aqui, a interpretação da situação proposta por Charpin (1980, p.73.)

<sup>25</sup> O dossiê de partilhas da família é composto por TS,19, 44, 56 e 68.

<sup>26</sup> Eu considero, aqui, que Amat-Adad e Mâd-gimil-Eštar sejam filhas de Lamassum e Ilî-sukkallum; mas o texto em questão (TS,35: 17-18) é ambíguo e permitiria igualmente uma outra restituição, na qual Mâd-gimil-Eštar seria filha de Amat-Adad.

<sup>27</sup> TS,36 (/\_XII/Ha 34), l. 10: *i-na KÛ-BABBAR um-mi-ia*. D. Charpin (comunicação pessoal) notou, justamente, que não é impossível que se tratasse da prata proveniente de Lamassum, já morta na época da compra do terreno.

<sup>28</sup> L. 12s.: *i-na KÛ-BABBAR bi-ri-ni la ša-a-um-ú*.

<sup>29</sup> TS,38 (de 13/V/Ha 35); Ch.-F. Jean havia considerado o documento como um pagamento de dívida (JEAN, 1913, p.12), mas, em seu estudo, D. Charpin põs em evidência a relação entre os dois casos (CHARPIN, 1980a, p.77).

<sup>30</sup> Para um quadro dos dados, ver L. Barberon (2001, p.90 ss.). Os tipos de bens atestados na época babilônica antiga são, em geral, os mesmos que aparecem na época neobabilônica, bem estudada por M. Roth (1989). L. Barberon notou, entretanto, duas diferenças: a presença de bens alimentares e a maior ocorrência de gado nos registros paleobabilônicos (p.90). As prebendas, atestadas uma única vez no período neobabilônico (VAS,6,95, completado por VAS,5,54; cf. ROTH, 1989, p.56) não aparecem nos dotes de Larsa, mas sabemos por outras fontes que elas podiam ser vinculadas às mulheres, que dispunham delas quando da sucessão (ver COQUERILLAT, 1955, que é ainda útil para o tema da transmissão das prebendas como um bem).

<sup>31</sup> Isto é verdadeiro sobretudo para os campos de cultura de cereais (A-ŠĀ), pois eles são majoritariamente destinados às sacerdotisas-*naditum*: dos oito dotes contendo campos arrolados por L. Barberon (2001, p.103), cinco são destinados a sacerdotisas-*naditum*, um concerne a uma sacerdotisa-*ugbabtum* e somente em dois casos os campos são destinados a mulheres não qualificadas textualmente como religiosas.

<sup>32</sup> Para as transações matrimoniais em Mari, ver J.-M. Durand (1988, p.99 ss.); B. Lafont (1987, p.113 ss.) e B. F. Batto (1974, p.52 s.).

<sup>33</sup> Ver, por exemplo, J. F. Collier (1988, p.253, com bibliografia anterior).

<sup>34</sup> A. Schlegel e R. Eloul (1988, p.294) acrescentam que o chamado 'dote indireto' pode preencher as mesmas funções. Com efeito, a tendência, na época babilônica antiga, em transferir o valor da *terhatum* ao casal pode indicar uma contaminação de sua lógica pela lógica do dote. Para tal tendência, ver R. Westbrook (1988, p.126) e M. Stol (1995, p.126).

<sup>35</sup> Ver A. Schlegel e R. Eloul (1988, p.294).

<sup>36</sup> A idéia de compensação teve, em certos autores, o efeito de reduzir o dote a uma transação estritamente econômica entre os grupos engajados na aliança de casamento; é o caso, por exemplo, de M. E. Spiro (1975, p.98 s.), o que provocou a reação de J. Comaroff (1980, p.6 s.) que critica, nesta visão 'economicista' de Spiro, o fato de não se levar em conta a complexidade do fluxo de pagamentos, que faz com que os grupos de doadores e receptores de mulheres não sejam estabelecidos antecipadamente, mas, sim, no próprio processo de trocas. De outro lado, ainda segundo Comaroff, falta, neste tipo de abordagem, uma consideração dos aspectos socioculturais dos pagamentos nupciais, para além do deslocamento de riqueza. Justamente, outros autores enfatizaram os aspectos simbólicos do dote, considerando-o, por exemplo, como um mecanismo de exibição da posição social do grupo da esposa ("*display of social status*"); ver S. Harrell e S. A. Dickey (1985, p.111 s.). De minha parte, se eu confiro uma grande importância à transferência de bens, é em função da necessidade de pôr

em evidência a posição da mulher no processo de devolução do patrimônio; isto não significa nenhum desprezo pelos elementos imateriais implicados no processo.

<sup>37</sup> Por oposição, num quadro de residência patrilocal, seria de se esperar uma maior importância do dote como fator de subsistência da mulher. A título de hipótese de trabalho, eu sugiro que esta grade de leitura pode ser útil para estudar o caso dos dotes destinados às sacerdotisas-*naditum*: de um lado, este procedimento poderia explicar a composição excepcional destes dotes, com a freqüente inclusão de meios produtivos, como os terrenos agrícolas e os pomares, e também a multiplicação dos recursos 'financeiros' que são objeto desta categoria de mulheres; de outro lado, situando o tempo no pólo de receptor de mulheres, será possível compreender melhor o esforço do palácio a fim de garantir, pela legislação, a concessão do dote às sacerdotisas e a proteção dos negócios destas, pois, assim, ele se desonera de arcar com a subsistência de um corpo considerável de mulheres. Além disso, o sistema, bastante difundido, de adoção entre as sacerdotisas-*naditum* proporcionava uma espécie de mecanismo de devolução do patrimônio (ou da parte que não retornaria ao grupo de origem da mulher, em particular seus irmãos e os descendentes destes) e permitia assegurar a velhice da sacerdotisa a partir do momento em que ela abandonava a atividade econômica.

<sup>38</sup> Uma situação ainda mais desfavorável pode se apresentar se, em razão de sua localização, o terreno continuar sendo explorado pelos membros (em particular, os homens) da família da esposa, o que pode limitar consideravelmente o poder de disposição do marido e criar situações conflituosas entre os dois grupos; ver E. Friedl, 1971, p.137 s.).

<sup>39</sup> R. Westbrook (1988, p.92) havia chamado a atenção sobre esta possibilidade de mobilização dos bens do dote pelo marido. É, justamente, esta situação que cria o problema da restituição em caso de separação, como se vê, por exemplo, no Código de Hammu-rabi, § 138 e § 149 (cf. E. Bouzon, 1987). Por outro lado, a preferência por bens mobilizáveis não é limitada às expectativas dos receptores de mulheres; ela pode também se manifestar no grupo de doadores de mulheres e depende de condições econômicas circunstanciais: por exemplo, a inserção da economia doméstica em uma rede larga de troca de produtos funciona como um estímulo às transferências nupciais em prata, ou seja, a uma monetarização do dote (ver T. Hakansson, 1988, p.16).

<sup>40</sup> Para os dados, ver L. Barberon (2001, p.103). Ver também E. Friedl (1971, p.138).

<sup>41</sup> Dois dotes do período babilônico antigo (reino de Ammi-ditana, 1683-1647), provenientes de Sippar, incluem a transferência de uma irmã da esposa (nos dois exemplos, curiosamente, as mulheres acumulam títulos idênticos: *naditum* do deus Marduk e *kulmaštum*: a coincidência poderia se explicar, pois, ao que parece segundo os dados prosopográficos, trata-se, nas duas ocasiões, da mesma família, da qual duas mulheres ocuparam sucessivamente a mesma posição (BE,6/1,84: 30 s. e CT,8,2a: 12; aos quais, talvez, se deva acrescentar a doação BE,6,1,95, também proveniente de Sippar e datada do ano 13 de Ammi-saduqa (1646-1626); cf. K. R.

Veenhof, 1989, p.181, n. 2). Em CT,8,2a, a irmã que acompanha a esposa é chamada *šugîtum*, uma segunda esposa (para a etimologia do termo, ver WILCKE, 1984, p.175 s. O exato estatuto da *šugîtum* é incerto, mas, sem dúvida, ela nem sempre é uma segunda esposa; ver VEENHOF, 1989, p.181 e RENGER, 1967, p.176 ss. Ver também os §§ 144-145 do código de Hammu-rabi. Para além do dote, a poliginia baseada sobre o triângulo formado pelo marido, sua esposa principal e uma irmã que faz o papel de genitora é bem atestada (ver o estudo de FRIEDL, 2000, p.86 ss. e também WESTBROOK, 1988, capítulo 6 sobre o que o autor chama de ‘*sistehood*’).

<sup>42</sup> A utilização de uma escrava, fornecida pela esposa sacerdotisa, para a reprodução do casal é também prevista pelo parágrafo 146 do Código de Hammu-rabi. É possível que a escrava seja uma parte do dote, ainda que isto não esteja explícito no texto. Com efeito, a escrava parece permanecer, como os demais bens dotais, vinculada à esposa: é a esta que recai o direito de punir a escrava que tenha pretendido igualar-se a ela no lar (§ 146) ou de vendê-la, caso ela não tenha gerado filhos (§ 147).

<sup>43</sup> As jóias são de tal modo associadas às mulheres que a expressão ‘*jóias de mulher*’ (*šukutum ša sinništum*) parece ser uma redundância inútil e excepcional (justamente, a ocorrência do termo em um único contrato de época bastante tardia é uma influência helênica; cf. ABRAHAM, 1992, p.313). Por outro lado, na literatura, o termo *šukutum* é freqüentemente ligado a personagens femininas excepcionais (a deusa Eštar ou Adad-Guppi, a mãe de Nabonido, por exemplo. Para as atestações, ver CAD-Š: 237 s.).

<sup>44</sup> Cf. YOS,8,98, por exemplo.

<sup>45</sup> Certamente, a tipologia dos documentos explica, em certa medida, a diferença entre os conteúdos das partilhas e dos dotes, mas é preciso lembrar que tal tipologia é, ela mesma, o resultado de um processo diferenciado de devolução do patrimônio e do modo como os mesopotâmios o concebiam.

<sup>46</sup> Não existe ainda um estudo a respeito para a época babilônica antiga, mas podemos esperar conclusões semelhantes às dadas por M. Roth (1987) para o primeiro milênio. Roth havia notado a tendência segundo a qual os casamentos dos filhos se situam após a partilha (p.722), assim como uma presença majoritária das mulheres com pais ainda vivos na época do casamento (p.731). Como resultado, a autora sugere uma diferença entre a média feminina de idade na época do primeiro casamento (situada entre 14 e 20 anos) e a média masculina (entre 26 e 32), válida tanto para o meio urbano quanto rural (p.737).

<sup>47</sup> Acrescentemos as ‘palavras’ e reencontraremos, aqui, a tríade cuja circulação entre os homens foi considerada por numerosos antropólogos (P. Clastres, M. Sahlins, Lévi-Strauss) como o fundamento da própria sociedade.

<sup>48</sup> A constatação vale como uma regra geral; na prática, numerosas eram as situações em que a posição de uma mulher era definida, ao contrário, pela ausência de um referencial masculino, dando origem ao que M. Roth (1988) chamou apropriadamente de ‘*mulheres em transição*’. Em todo caso, seu estudo, que se refere ao pri-

meiro milênio a.C., mostra o caráter excepcional, e preferencialmente provisório aos olhos dos contemporâneos, destas situações (orfandade, viuvez, separação, etc.) e a que ponto mecanismos comunitários (*bît mâr banî*) exerceram, por vezes, um papel importante na inserção, ou reinserção, social destas mulheres, na ausência de um homem.

<sup>49</sup> Teoricamente, é preciso notar que, se a distinção sexual no processo de sucessão é extremamente marcada, uma linhagem feminina (na qual, por exemplo, o dote seria transmitido exclusivamente da mãe às filhas) nem sempre está presente; sua realidade deve, então, ser verificada em cada caso (GOTMAN, 1985, p.64). Os dados de que dispomos não parecem apoiar a idéia de uma transmissão feminina separada na Mesopotâmia, mesmo se alguns bens transitavam preferencialmente entre as mulheres.

<sup>50</sup> A circulação das mulheres como um dos ingredientes da troca entre os grupos estava na base da 'teoria da aliança' de Lévi-Strauss (1967) e suscitou várias críticas relativas ao seu caráter 'sexista' e suas implicações androcêntricas. Eu me limito a citar, aqui, o artigo de S. Yanagisako (1979) que me parece uma avaliação perspicaz e consistente do problema, sem, no entanto, sucumbir às tentações que marcaram a literatura do tipo 'sex and gender history' das últimas décadas. Se eu conservo esta idéia fundamental de uma circulação de mulheres entre os grupos machos, é porque a considero operacional para a análise dos deslocamentos de bens na sociedade mesopotâmica e não por vê-la como uma realidade transcultural imutável: estudos recentes mostraram, aliás, que a situação em que temos "*hommes échangistes et des femmes échangées*" está longe de ser universal, o que, de resto, corresponde a uma relativização já antecipada pelo próprio Lévi-Strauss (de modo muito tímido, é verdade), o que sugere a necessidade de desvincular a teoria da aliança de uma visão androcêntrica ainda predominante (ver COLLARD, 2000), mesmo se, como mostra o caso mesopotâmico, os homens constituem, na maior parte do tempo, o "*noyau dur des groupes échangistes*" (as expressões são de Collard).

<sup>51</sup> K. Reiter (1996). Em seu artigo sobre a circulação de bens no contexto não-institucional, J. Renger (1984, p.76 ss.) reúne vários exemplos de troca de mercadorias associados às mulheres, em particular sacerdotisas-*nadîtum*, mas sem avançar nas considerações sobre a definição sexual dos circuitos.

<sup>52</sup> Evidentemente, tal dualidade ultrapassa os limites da família ou da casa: em seus contatos com a sociedade, os agentes da economia doméstica são ainda marcados pelos laços com certas categorias de bens que se fundam em categorias sexuais. De outro lado, nas esferas da economia institucional do palácio, o fator sexual era também um elemento importante para a definição do tipo de remuneração e a tendência, aqui, era igualmente de separação entre a terra e as mulheres (para a época da terceira dinastia de Ur, no final do terceiro milênio, ver WRIGHT, 1996, p.61). Com efeito, é todo um circuito sexuado de troca que se define então e que, em certos

casos, pode estimular, até mesmo exigir, a participação das mulheres nos casos em que proibições e restrições pesam sobre os homens (cf. BOURDIEU, 1994, p.183 e, para o Egito antigo, EYRE, 1998, p.173 ss. que enfatiza a importância da participação feminina nas trocas locais para o funcionamento da economia doméstica). Não é deslocado pensar que a circulação das terras em Sippar deve muito a esta lógica sexual que faz com que a 'economia econômica', para retomar a expressão de Bourdieu, seja um negócio de mulheres. Se o raciocínio é correto, a grande diferença em relação à situação que vimos em Larsa, onde se opera uma clivagem entre a terra e as mulheres, é que, em Sippar, a instituição das religiosas-*naditum* permitiu superar esta distância e serviu de instrumento de liberação das terras em relação aos seus possuidores tradicionais, os homens.

<sup>53</sup> Esta disparidade foi vista por certos autores como sendo a própria essência do sistema dotal, em todas suas implicações de desigualdade e de dominação masculina. M. Harris (1979, p.306), por exemplo, vê o dote não como uma forma de herança feminina, mas como uma "*female pre-mortem disinheritance*". Na mesma página, o autor enfatiza, justamente, a exclusão das mulheres do acesso à terra. À luz do que se viu aqui, a afirmação, mesmo se ela é justa, merece ser relativizada em seu alcance: o elemento de subordinação existe, sem dúvida, mas em um quadro de devolução divergente, que integra as filhas, ao contrário do 'modelo africano' (ver HARRELL e DICKEY, 1985, p.107).

<sup>54</sup> Imobilidade que é, evidentemente, o resultado de uma concepção e de uma prática sedentárias do espaço, já que a noção de território não é necessariamente vinculada à idéia de fixidez. Entre os caçadores, o território é o resultado de uma articulação complexa entre as zonas de habitação e as regiões de caça e não depende de parâmetros físicos estáveis; o território é definido, então, em função do deslocamento do grupo. Se, na Mesopotâmia, o desenraizamento de alguns membros é o preço a pagar para obter alianças, nas sociedades de caçadores, nas quais, aliás, homens e mulheres circulam de modo mais intenso, a aliança de casamento é, ao contrário, um instrumento de ancoragem em um território que é variável por definição, mas sempre ligado a um grupo de pessoas (ver DÉSVÉAUX, 1994).